

Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz: formação de mestres e professores para o ensino profissional (1917-1930)

Wenceslau Braz Ordinary School Of Arts And Crafts: training of masters and teachers for vocational education (1917-1930)

Escuela Ordinaria De Artes Y Oficios De Wenceslau Braz: formación de maestros y profesores para la enseñanza profesional (1917-1930)

Recebido: 25/07/2020 | Revisado: 24/10/2020 | Aceito: 03/12/2020 | Publicado: 08/12/2020

Marcelly Kathleen Pereira Lucas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9221-6690>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: marcellykathleen@gmail.com.br

Olívia Morais de Medeiros Neta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: olivianeta@gmail.com.br

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa que tem o objetivo de analisar o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e a expansão das escolas profissionais nos anos de 1909 a 1930. Apresentamos aqui uma dessas escolas, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, incorporada pelo Ministério em 1917. O referencial teórico baseia-se na concepção de história política segundo Rémond (2003) e Barros (2005) e na concepção de Trabalho-Educação segundo Ciavatta (2019). A metodologia consiste na análise documental segundo Arostegui (2006) e baseia-se no método indiciário segundo Ginzburg (1989). Constituem-se como fontes os relatórios anuais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa escola tinha como objetivo formar os mestres e professores para as Escolas de Aprendizes Artífices e recebia alunos do gênero masculino e feminino.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Ensino Profissional; Formação docente.

Abstract

This work is part of a research that aims to analyze the Ministry of Agriculture, Industry and Commerce and the expansion of professional schools from 1909 to 1930. Here we present one of these schools, the Normal School of Arts and Crafts Wenceslau Braz, incorporated by the Ministry in 1917. The theoretical framework is based on the conception of political history according to Rémond (2003) and Barros (2005) and on the conception of Work-Education according to Ciavatta (2019). The methodology consists of documentary analysis according to Arostegui (2006) and is based on the indicative method according to Ginzburg (1989). The annual reports of the Ministry of Agriculture, Industry and Trade are constituted as sources. This school had the objective of training masters and teachers for the Schools of Artificial Apprentices and received male and female students.

Keywords: History of Professional Education; Professional Education; Teacher training.

Resumen

Este trabajo es parte de una investigación que tiene como objetivo analizar el Ministerio de Agricultura, Industria y Comercio y la expansión de las escuelas profesionales de 1909 a 1930. Aquí presentamos una de estas escuelas, la Escuela Normal de Artes y Oficios Wenceslau Braz, incorporado por el Ministerio en 1917. El marco teórico se basa en la concepción de la historia política según Rémond (2003) y Barros (2005) y en la concepción de la educación laboral según Ciavatta (2019). La metodología consiste en un análisis documental según Arostegui (2006) y se basa en el método indicativo según Ginzburg (1989). Los informes anuales del Ministerio de Agricultura, Industria y Comercio se constituyen como fuentes. Esta escuela tenía el objetivo de capacitar maestros y maestros para las Escuelas de Aprendices Artificiales y recibir a estudiantes masculinos y femeninos.

Palabras clave: Historia de la educación profesional; Educación profesional; Formación del profesorado.

Introdução

Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). A mesma tem como objetivo analisar as ações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para a expansão das escolas profissionais, agrícolas, industriais e comerciais, no período de 1909 a 1930. Nesse estudo específico temos o objetivo de analisar a trajetória e as contribuições da Escola Normal Wenceslau Braz para a formação dos professores para o ensino profissional, especificamente os que atuavam nas Escolas de Aprendizes Artífices.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi criado através do Decreto nº 1.606 de 29 de dezembro de 1906, mas só foi organizado e instalado através do Decreto nº 7.501 de 12 de agosto de 1909, passando a ser responsável pelas três áreas que o titulavam, a agricultura, a indústria e o comércio. No ano de 1929 o Ministério foi novamente reorganizado e desmembrado em dois ministérios distintos, sendo o Ministério da Agricultura e o Ministério da Indústria e Comércio.

Durante o período de 1909 e 1930, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio teve entre suas atribuições o desenvolvimento de políticas para a educação profissional nesses ramos. Uma das atribuições desse Ministério era o desenvolvimento da Instrução Técnica Profissional, conjunto de escolas agrícolas, industriais e comerciais. Nesse período, o Ministério criou e também subvencionou escolas profissionais, criou cursos permanentes e ambulantes, assim como outras ações como o desenvolvimento de institutos de pesquisa, campos de experimentação e distribuição de materiais (BRASIL, 1910b). Uma das principais medidas para o desenvolvimento do ensino industrial foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

Tendo em vista as dificuldades para a organização do ensino envolvendo principalmente a necessidade de um corpo docente qualificado para as Escolas de Aprendizes Artífices, o Ministério incorporou ao quadro de instituições de sua responsabilidade a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, criada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal em 1917. Logo depois de sua inauguração, essa

escola foi transferida para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com intuito de formar professores e mestres para as Escolas de Aprendizizes Artífices e também para outras escolas (BRASIL, 1918). Desse modo, neste trabalho pretendemos, especificamente, analisar a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz como parte dessas ações para o desenvolvimento do ensino profissional dentro do recorte temporal da pesquisa citada anteriormente.

Localizada no prédio do antigo palácio do Duque de Saxe, a escola oferecia cursos de formação para mestres e professores do gênero masculino e feminino. Ela fez parte de um conjunto de ações com o objetivo de reorganizar as Escolas de Aprendizizes Artífices, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. O seu ensino deveria integrar a teoria e prática, de forma que os profissionais lá formados reproduzissem essa prática nas Escolas de Aprendizizes Artífices e assim pudessem melhorar a qualidade da formação oferecida por essas escolas.

Esse estudo se insere na dimensão da história política, de acordo com Barros (2005), à medida que analisa as relações provenientes do poder atribuído ao Estado pela força da lei. Podemos perceber essa força como mecanismo de controle e determinante do todo social.

Para Rémond (2003, p. 444) “Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político”, e isso não seria diferente com a educação. Diante disso, é preciso que analisemos os interesses, as motivações e as disputas que envolvem o desenvolvimento da atividade política sobre a educação.

Assim como a influência das ideologias e das decisões políticas como determinantes no campo da educação, a história política é importante para a compreensão do todo social. “A política é lugar de gestão do social e econômico”. A política é tratada a partir da sua função de determinação do contexto e dos reflexos de sua prática (RÉMOND, 2003).

Inseridos no domínio da História da Educação Profissional, fazemos uso da concepção de “trabalho-educação”, trazido por Ciavatta (2019) como uma unidade epistemológica que comporta a relação entre o trabalho e a educação. Pensar essa concepção é pensar os dois conceitos, trabalho e educação, como parte de uma realidade social.

Do ponto de vista epistemológico, Trabalho-Educação é uma categoria ou um conceito, cuja epistémé (verdade, saber, conhecimento) tem por base objetos e acontecimentos externos ao termo linguístico, que constituem a realidade de onde se parte para a elaboração teórica da unidade dos termos (CIAVATTA, 2019, p. 136).

Para a autora, nessa concepção podemos, ao analisar a história da educação profissional, pensar as relações de produção, as transformações do mundo do trabalho, as políticas educacionais e a formação dos trabalhadores (CIAVATTA, 2019). Além dessas áreas, um ponto importante para construção dessa análise é perceber o “trabalho como princípio educativo e o princípio educativo do trabalho”, mas também a formação para o trabalho como “meio de alienação e sujeição dos trabalhadores” (CIAVATTA, 2019, p. 146).

Metodologia

Metodologicamente, adotamos um caminho que partiu do mapeamento, categorização e análise das fontes, os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio apresentados anualmente no período supracitado, além das legislações concernentes ao objeto de estudo. Também realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema, trazendo alguns estudos que se aproximam do nosso pelo recorte temporal e temática para contribuir com as discussões aqui apresentadas. Nessa construção, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Qual a importância da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz para o desenvolvimento do ensino profissional no Brasil no século XX? Qual o objetivo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para com essa escola? Como ocorreu o desenvolvimento dessa escola enquanto esteve subordinada a esse Ministério?

Para a construção deste estudo, o processo metodológico iniciou-se com a pesquisa documental nas fontes, os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os relatórios eram apresentados ao fim de cada ano pelo ministro em exercício ao presidente da República. Neles os ministros descreviam todas as atividades do ministério naquele ano, as ações desenvolvidas e seus desdobramentos, as dificuldades enfrentadas, os desafios superados, o acompanhamento dos estados, a

movimentação contábil e também os instrumentos legais mais importantes como leis, decretos e recrutamentos que interferiram nas ações realizadas naquele ano até a data de apresentação do relatório. Ao todo foram analisados dezenove relatórios, pois os documentos referentes aos anos de 1915 e 1921 não estavam disponíveis. A pesquisa foi realizada no acervo digital do *Center for Research Libraries*, da Universidade de Chicago, na coleção *Brazilian Governments Documents*, na sub-coleção de relatórios ministeriais, na seção do Ministério da Agricultura.

Para o trabalho com as fontes adotamos a concepção de análise documental de Arostegui (2006). Para Arostegui (2006), o trabalho das fontes não se resume à extração de informações, portanto é necessário realizar a crítica das fontes, questioná-las. Nesse sentido, percebemos os relatórios como fontes “para a história”, ou seja, não foram criados com essa intencionalidade mas servem a esse propósito. E essa análise não é um trabalho mecânico, carece de uma preparação teórica e metodológica. Deste modo, a adequação das fontes está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa.

Além disso, baseamo-nos no método indiciário de Ginzburg (1989). De conformidade com Ginzburg (1989), o procedimento metodológico do indiciário transferiu para o interior das pesquisas as tensões entre narração e documentação, já que a análise dos indícios é construída a partir da investigação das convergências e divergências, das inferências de causas não documentadas ou comprovadas por meio dos efeitos.

Os indícios são elementos constitutivos da narrativa histórica. Tal como o trabalho de um detetive, o historiador deve ter um olhar sensível e atento aos sinais. No entanto, os indícios não falam por si, é preciso realizar conexões. Lembremos que o método indiciário é um método interpretativo e, portanto, é constituído por um processo de contextualização, atribuição de sentido às pistas, seguido do processo de conexão, momento em que são feitas as aproximações e relações, e, por fim, a descrição das etapas anteriores que é a própria narrativa histórica. Além da sensibilidade, o método pressupõe uma inferência indutiva que parte do particular para a totalidade. Ou seja, implica analisar as pequenas partes, os indícios, com uma busca de compreensão do todo.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e o ensino profissional

O trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1909 a 1930, merece destaque no que se refere ao ensino profissional, no ensino agrícola, industrial e comercial. As ações para a promoção desse ensino envolviam não só a criação de escolas, mas também subvenção de instituições estaduais e municipais ou de iniciativa privada, cursos ambulantes, institutos de pesquisa, patronatos e outras ações diversas como exposições de filmes educativos e distribuição de materiais como o Guia do Agricultor do Brasil, por exemplo.

Os relatórios nos permitem inferir que o Ministério demonstrava preocupação e demonstrava um veemente interesse no desenvolvimento do ensino profissional, prospectando o desenvolvimento econômico que o mesmo poderia proporcionar ao país. Percebemos que os objetivos do desenvolvimento do ensino estavam mais voltados para o desenvolvimento econômico do que para a formação da população brasileira.

Claro se me affigura que a crise tremenda que asoberba a instrução publica principalmente, argúe a deficiencia dos moldes em que está vasado o ensino official, o seu visceral antagonismo com as exigencias da sociedade moderna que, bem entendidas, estão impondo a obrigação de cuidar menos em formar cavos doutores e muito mais em formar homens. É de instrução applicada, de ensino pratico, profissional e agricola que precisamos, e é sobre taes bases que, eu suponho, virá um dia a se fazer a reforma geral do ensino, de maneira a se lhe restituir com o valor intrinseco a moralidade e o prestigio tão seriamente abalados (BRASIL, 1910b, págs. XXVI e XXVII).

Na fala do Ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, na introdução do relatório de 1909, publicado em 1910, observamos a valorização do ensino técnico e prático, único que, segundo a sua visão poderia suprir os anseios da sociedade moderna. Além disso, ele atribui a formação teórica à crise pela qual estava passando a instrução pública. Manfredi (2003), trata da concepção de ensino profissional como espaço de disputa de interesses e fruto da relação entre escola e trabalho. Dessa forma, analisamos a relação das determinações ministeriais com as necessidades sociais. “Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola” (MANFREDI, 2003, p. 50).

O ensino se expandiu em diversos níveis, apesar da divisão em níveis de ensino,

todos as instituições de ensino mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio eram consideradas como um conjunto e formavam a “Instrução Technica Profissional”, dividida nos ramos agrícola, industrial e comercial (BRASIL, 1910b).

O ensino agrícola se desenvolveu amplamente nesse período tendo em vista o caráter essencialmente agrícola do país, onde o desenvolvimento econômico estava concentrado nas áreas de maior desenvolvimento agropecuário. De acordo com o Plano Geral de Organização do Ensino Agrônômico, estabelecido pelo Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910, estavam contempladas não só o ensino de práticas de agricultura, mas também de outras áreas próprias do meio rural.

O plano de organização que, com esse objectivo, elaborei tem por fim a instrução technica profissional relativa à agricultura e aos diversos ramos de actividade que lhe são correlativos e comprehende: o ensino agrícola, de zootechnia, medicina veterinaria e industrias rurais. (BRASIL, 1910b, p. 61)

Nesse sentido, destacava-se a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, criada para formar engenheiros agrônomos e médicos veterinários, os quais teriam o papel de dirigir a modernização das práticas rurais e encarregados também de formar os trabalhadores nas demais escolas. Anos depois foi criado também o curso de Química Industrial, que tem seu primeiro registro no relatório do ano de 1920 (BRASIL, 1921). Foi a primeira escola superior federal do ramo e os seus currículos eram padrão para as demais escolas agrícolas criadas pelo Ministério. Essa escola foi criada através do Decreto nº 8.319 de 1910, o mesmo que instituiu o Plano Geral de Organização do Ensino Agrônômico (BRASIL, 1910b).

No mesmo período em que o ensino agrícola começou a se desenvolver de forma mais organizada, o Ministério também adotou uma política para a expansão do ensino técnico industrial. A principal ação para o desenvolvimento dessa política foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909 através do Decreto nº 7.566 de setembro do mesmo ano. Elas foram criadas nas capitais de todos os estados da federação, com exceção do Rio Grande do Sul. Nesse estado o Ministério julgou mais conveniente subvencionar uma instituição já existente e organizada nos mesmos moldes, o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que posteriormente passou a se chamar Instituto Parobé. No Rio de Janeiro a escola não

estava localizada na capital, mas na cidade de Campos, cidade natal de Nilo Peçanha, em um prédio cedido pela Câmara Municipal (BRASIL, 1910b).

Até outubro de 1910, todas as dezenove escolas já haviam sido inauguradas e funcionavam regularmente. Os currículos eram, da mesma forma, pautados no ensino prático e conhecimento técnico, organizados em oficinas. Essas escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. Essa formação era voltada para “os menores que pretendiam aprender um ofício” (BRASIL, 1910b).

As oficinas envolviam trabalhos com marcenaria, funilaria, serralheria, mecânica, tornearia, ferraria, sapataria, alfaiataria, eletricidade, escultura, pintura, entre outras atividades complementares (BRASIL, 1914). Além das oficinas, havia ainda um curso noturno primário para os analfabetos, para que pudessem acompanhar as lições ministradas nas oficinas, e o curso noturno de desenho para aqueles em que o trabalho exigisse essa habilidade (BRASIL, 1910b). Em 1911 o curso de desenho passou a ser obrigatório para todos os alunos (BRASIL, 1912) e em 1918 o curso primário (BRASIL, 1920).

Tendo em vista as dificuldades para a organização do ensino envolvendo principalmente a necessidade de um corpo docente qualificado para cada escola, o Ministério trouxe para sua responsabilidade a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, criada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal em 1917 (SOARES, 1982). Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso (2013) o prefeito do Distrito Federal, Amaro Calvancanti, encomendou nos Estados Unidos da América um projeto inicial para organização da escola, pioneira no Brasil naquele momento. Logo depois de sua inauguração, essa escola foi transferida para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com intuito de formar professores e mestres para as Escolas de Aprendizes Artífices e outras escolas (BRASIL, 1918).

Remodelada como escola media, conforme permitem suas condições actuaes, deve ser provida das officinas e installações de que carece urgentemente, para o fim de preencher as funcções que lhe competem na formação de professores, contra-mestres e operarios destinados ás Escolas de Artífices, Aprendizados e Patronatos Agricolas. (BRASIL, 1920, p. 336)

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária era a principal escola do ramo do ensino agrícola, à medida que nela eram formados os profissionais que

deveriam atuar nos cargos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e também nas demais escolas agrícolas, como as escolas médias ou teórico-práticas, aprendizados agrícolas, escolas de laticínios e as demais. Além disso, seus currículos serviam como base para o que seriam desenvolvidos em todas as outras escolas agrícolas mantidas pelo Ministério, sendo respeitado o nível de cada escola. Dessa forma, assim como a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária desempenhava esse papel perante o ensino agrícola, no que se refere ao ensino industrial, esse papel deveria ser assumido pela Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, conforme o que é explicitado no relatório do ano de 1919. No relatório, o ministro afirma que, "A Escola Wenceslau Braz, transferida da Prefeitura para a União, assumirá futuramente, perante as Escolas de Aprendizes ARTIFICES, função idêntica à da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária na organização do ensino agrônomo." (BRASIL, 1920, p. XX)

Como já dito anteriormente, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz fazia parte de um conjunto de ações para transformar e reorganizar as Escolas de Aprendizes Artífices concretizadas pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional. O objetivo dessa medida era o de qualificar os professores e mestres que atuavam nas Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 1920, o Ministro Idelfonso Lopes encetou a iniciativa de reorganização e criação de um plano geral para todas as Escolas de Aprendizes, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico estava incumbido dessa função. "Tanto as sedes dessas escolas como o seu aparelhamento mecânico e os métodos de ensino deverão sofrer as transformações impostas pelas práticas mais modernas e eficientes." (BRASIL, 1920, p. XLIII). O Serviço de Remodelação operou por alguns anos, realizando as modificações necessárias e inspecionando as escolas. Somente em 1926, por determinação do Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, foi estabelecido um currículo unificado para todas as Escolas de Aprendizes Artífices (BRASIL, 1926).

Segundo Ciavatta (2019, p. 141), "A educação faz parte do mundo do trabalho na medida em que participa do conhecimento gerado pelos processos de transformação da natureza e da sociedade". Portanto, percebemos que o ensino profissional não poderia permanecer desconectado da realidade social. Uma das primeiras mudanças necessárias se referia aos professores, que não poderiam ser apenas um indivíduo com conhecimento prático em uma determinada área e se propunha a ensiná-la, como

acontecia anteriormente.

A Escola Normal Wenceslau Braz e sua contribuição para o desenvolvimento do ensino profissional

A Escola Normal Wenceslau Braz recebia alunos do sexo masculino e feminino de todos os estados da federação. As atividades da escola foram iniciadas efetivamente em 11 de agosto de 1919 e contavam com basicamente dois cursos, o Curso Técnico Profissional, voltado para o público masculino e o Curso de Trabalhos manuais, predominantemente feminino (CARDOSO, 2013). Esses alunos, depois de diplomados, deveriam assumir as cadeiras das Escolas de Aprendizes Artífices de sua localidade (BRASIL, 1918). Embora criada com o objetivo principal de formar docentes, na Escola Normal Wenceslau Braz também foi desenvolvido um intenso trabalho referente ao ensino profissional feminino. Apesar de ser uma escola mista, as oficinas de trabalho eram divididas por gênero. As seções masculinas envolviam principalmente o trabalho com metal e madeira, enquanto as seções femininas ainda eram bastante envolvidas com o trabalho doméstico como as oficinas de bordado, costura, flores, economia doméstica e cerâmica. (BRASIL, 1922).

Nesse sentido, percebemos também que o número de alunas matriculadas na escola, no período analisado, sempre foi maior que o número de alunos, gerando no ano de 1928 a necessidade de atribuir uma nota mínima no exame de admissão para mulheres, devido ao aumento considerável da procura desse público por matrículas nas oficinas (BRASIL, 1928). Para o ingresso na escola, os candidatos passavam por uma prova de admissão, com os conteúdos do ensino primário como português, desenho e aritmética (BRASIL, 1925) e podemos observar que além da maior procura, o público feminino alcançava índices baixos de reprovação nesses exames.

Inscreveram-se para o exame de admissão 166 candidatos, logrando habilitação 114, sendo 18 meninos e 96 meninas. Foram inhabilitados 12 meninos e 31 meninas, deixando de comparecer 9 dos inscriptos. A porcentagem de inhabilitados foi de 40% para o sexo masculino e 25% para o sexo feminino, o que mostra a inferioridade do preparo dos meninos (BRASIL, 1927, p. 247).

Para Fonseca (1961), essa predominância do público feminino prejudicava o

alcance da finalidade principal da escola. Quanto a isso, ele se refere que essas mulheres estavam mais interessadas na formação nas áreas de datilografia, moda e economia doméstica, enquanto as Escolas de Aprendizes Artífices necessitavam mais de mestres para a área de trabalhos com madeira, metal e eletricidade. Entretanto, não podemos culpá-las, visto que as oficinas eram divididas de acordo com o gênero e, assim, essas mulheres não podiam ser formadas nas áreas mais requisitadas pelas Escolas de Aprendizes Artífices.

Algumas aulas eram comuns a ambos os gêneros, como português, educação cívica, desenho, francês, pedagogia, contabilidade, matemática, geografia e história (BRASIL, 1923, p. 244). Em 1924 foi acrescentado o curso de atividades comerciais, que também poderia ser frequentado por ambos os públicos, e às seções femininas foi acrescido o curso de artes decorativas (BRASIL, 1924).

Além dessas aulas, os alunos também tinham aula de educação física e recebiam alimentação adequada de acordo com padrões higienistas. Os primeiros registros que temos acesso a respeito das aulas de educação física são do ano de 1924 que, segundo o Ministro Miguel Calmon Du Pin, apesar de a escola ainda não estar convenientemente aparelhada, já demonstra bons resultados, que não são explicitados (BRASIL, 1924, p. 374). Em 1925 observamos a valorização dessas aulas, juntamente com o “serviço regular de merendas” que era responsável pela alimentação dos alunos, que contribuíram significativamente para “aumentar o coeficiente de robustez e o índice de vitalidade dos alumnos” (BRASIL, 1925, p. 524).

Os alunos também passavam por teste e medições que envolviam o peso, a força dinamométrica e a capacidade pulmonar a cada seis meses. Os resultados desses testes e medições eram comparados aos padrões formulados por higienistas e eugenistas conceituados desse período como Maurice Boigey e Renato Kehl. Os alunos de quatorze a dezessete anos da Escola Normal Wenceslau Braz demonstravam índices que superavam os padrões anteriormente citados (BRASIL, 1925). Esse quadro se repetiu e foi novamente condecorado pelo Ministro Geminiano Lyra Castro no ano de 1928. (BRASIL, 1928, p. 14).

Figura 05: Tabela de comparação dos índices higienistas da Escola Normal Wenceslau Braz (1925)

| NOMES | PESO | | FORÇA DYNAMOMETRICA | | CAPACIDADE PULMONAR | |
|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 1ª medição | 2ª medição | 1ª medição | 2ª medição | 1ª medição | 2ª medição |
| Escola W. Braz . . . | 44 ^k ,539 | 48 ^k ,760 | 22 ^k ,512 | 28 ^k ,84 | 1 ^k ,689 | 2 ^k ,426 |
| Maurice Boigey . . . | 44 ^k | 46 ^k | 20 ^k | 26 ^k | 1 ^k ,800 | 2 ^k ,300 |
| Renato Kehl | 44 ^k | 45 ^k ,500 | 20 ^k | 23 ^k | 1 ^k ,500 | 1 ^k ,900 |

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1925)

Figura 06: Tabela de comparação dos índices higienistas da Escola Normal Wenceslau Braz (1928)

| NOMES | PESO | | FORÇA DYNAMOMETRICA | | CAPACIDADE PULMONAR | |
|--------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|------------|---------------------|------------|
| | 1ª medição | 2ª medição | 1ª medição | 2ª medição | 1ª medição | 2ª medição |
| Escola Wenceslau Braz. | 44 ^k ,539 | 48 ^k ,760 | 22,512 | 28,64 | 1.689 | 2.426 |
| Maurice Boigey | 44 | 46 | 20 | 26 | 1.800 | 2.300 |
| Renato Kehl | 44 | 45 ^k ,500 | 20 | 23 | 1.500 | 1.900 |

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1925)

Constatamos com a observação dessas práticas, a presença dos mesmos valores e mecanismos de controle que incidiram sobre Escolas de Aprendizes Artífices. Esses mecanismos colaboravam com a composição de uma ordem que congregava vários elementos para a constituição de um cidadão adequado e útil. Para Gonçalves (2012):

[...] essa ordem visa a integrar os indivíduos por meio de uma instituição cujo fim social seria um (con)formação ideal, colocada em prática pela escola: o homem **saudável, morigerado, trabalhador** e, por tudo isso, **útil** à família e à Pátria. (GONÇALVES, 2012, p. 30,

grifo nosso).

Diferentemente das Escolas de Aprendizes Artífices, o Ministro Miguel Calmon não julgava necessário o pagamento de diárias para manter os alunos na escola, visto que as oportunidades de colocação no mercado de trabalho possibilitadas pelos títulos conferidos pela escola já eram, por si só, atrativas para os alunos.

Os primeiros diplomas de professor de trabalhos manuais foram distribuídos no dia trinta de novembro de 1924, aos primeiros dezessete alunos que concluíram o curso na escola. Nessa turma foram diplomadas as alunas Adelaide das Mercês Soares, Alcenyra Guimarães, Alcendina Guimarães, Amelia de Santa Catharina Baptista, Edmar da Cunha Machado, Guiomar Gonçalves Cruz, Idalina de Araujo Silva, Maria Albertina de Santa Catharina Baptista, Moema Coelho e Maria Augusta Dias e os alunos Dyvaldo Ferreira de Oliveira, Domingos de Paula Aguiar, Edmundo Pimentel, Olivier Auler, Pedro Mario Pessoa, Roberto Gurgel Ferreira e Venancio Ribeiro Muniz." (BRASIL, 1924, p. 371-372).

Essa turma foi apadrinhada pelo patrono, que também deu nome à escola, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, nono presidente da República do Brasil (BRASIL, 1924). Em 1925 foram doze diplomados, vinte e um em 1926, apenas cinco em 1927, dezesseis em 1928 e vinte e cinco em 1929. As solenidades de diplomação eram sempre presididas pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em exercício (BRASIL, 1929). Aqui, temos a expressão máxima das relações políticas da Escola Normal Wenceslau Braz com os setores do governo e sua própria influência política ao receber a presença do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio e do Presidente da República em suas solenidades. Construimos essa interpretação apoiados na concepção de Bernstein (1998) que considera que a cultura política constitui “um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros [...]” (BERSTEIN, 1998, p. 360).

A presença desses indivíduos é mais do que figurativa, é bastante simbólica e revela importantes traços da cultura política. Esses entes estão representando a presença das instituições, o Ministério e o Governo Federal, dentro do âmbito da escola e demonstrando o seu apoio ao projeto desenvolvido pela mesma.

O regimento da escola foi alterado em 1924, por portaria expedida em primeiro de julho, onde sua primeira organização, formulada pela Prefeitura do Distrito Federal,

foi reorganizada. Tornando assim, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz parte do conjunto das Escolas de Aprendizes Artífices e regularizando a seção de trabalhos femininos, que não estava prevista na primeira organização. (BRASIL, 1924). Um novo regimento foi aprovado em 30 de agosto de 1926, reformulando alguns pontos do regimento de 1924 de modo a acompanhar o crescente desenvolvimento da escola. (BRASIL, 1926, p. 275).

Tendo em vista o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Artífices, o Ministro Ildefonso Simões Lopes julgava de muito bom proveito que fossem criados mais dois estabelecimentos do mesmo tipo, uma no Norte e outra no Sul do país. Levando em consideração que, para isso, poderiam ser subvencionados escolas ou institutos existentes ou transformar uma das Escolas de Aprendizes Artífices em Escola Normal (BRASIL, 1920). Sugeria-se que fossem aproveitados e transformados em Escolas Normais o Instituto Lauro Sodré, no Pará, e o Instituto Parobé, no Rio Grande do Sul, mesmo instituto que foi dirigido por João Luderitz e inspirou a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices. (CUNHA, 2005). Mas percebemos que mesmo com o êxito da Escola Normal Wenceslau Braz esse projeto não foi concretizado.

Nos relatórios dos anos de 1928 e 1929, Geminiano Lyra Castro, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em exercício, ressaltou os resultados satisfatórios do trabalho desenvolvido na Escola Normal Wenceslau Braz, que podem ser observados pela alta procura por matrículas nesse estabelecimento e também pelo mérito da qualidade na formação dos mestres nela formados. Afirmando, inclusive, que os seus egressos estavam honrando o nome da Escola Normal nas instituições em que atuavam.

Considerações Finais

Consideramos que a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz desempenhou um importante papel no processo de expansão do ensino profissional no território brasileiro encetado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nos anos de 1909 a 1930. Essa influência é observada especialmente no que se refere às Escolas de Aprendizes Artífices, visto que a sua incorporação pelo Ministério foi essencial para a mudança nos objetivos e na organização dessas escolas que estava

sendo preconizada pelo Serviço de Remodelação.

Nesse sentido, podemos considerar também que a Escola Normal Wenceslau Braz atingiu o objetivo de sua criação e teve os méritos de seu trabalho reconhecido pelos ministros e também pelo Governo Federal. Apontamos ainda, a relevância do trabalho desenvolvido nessa escola para a propagação do ensino profissional feminino.

Apesar de haver outros estudos que já tenham a Escola Normal Wenceslau Braz como objeto de estudo, pretendemos com esse trabalho suscitar outras discussões sobre o ensino profissional a partir da influência das decisões políticas.

Referências

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Edusc, 2006.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. **Sæculum–Revista de História**, n. 12, 2005.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BRASIL. Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Comércio. **Diário Oficial da União**, p. 65, 3 jan. 1907.

BRASIL. Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909. Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 5891, 17 ago. 1909a.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, p. 6975, 26 set. 1909b.

BRASIL. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 9516, 13 nov. 1910a. (Republicação).

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910 - Volume I**. Rio de Janeiro: Oficinas da Directoria Geral de Estatistica, 1910b.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no ano de 1912 - Volume I**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914 - Volume I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, 1914.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Mnistro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. João Gonçalves Pereira Lima. Anno de 1918. Rio de Janeiro. Typographia da Directoria Geral de Estatistica. 1918.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes. Rio de Janeiro. Papelaria e Typographia Villas-Boas & C. 1920.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes. Rio de Janeiro. Papelaria e Typographia Villas-Boas & C. 1921.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Mnistro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida. Anno de 1922. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1922.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida. Anno de 1923. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1923.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida. Anno de 1924. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1924.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Mnistro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida. Anno de 1925. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1925.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1926. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1926.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1927. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura. 1927.

BRASIL. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro. Anno de 1928. Rio de Janeiro. Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura. 1928.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Uma Escola Normal, uma “Escola de trabalho”. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 8, n. 15, jan./jul, 2013.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132-149. 2019

CUNHA, Luiz Antonio. As escolas de aprendizes artífices. CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, v. 2, 2000.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino profissional no Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, 1961.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Congresso legislativo e educação profissional: leitura partilhada para construção da República. In: GONÇALVES, Irlen Antônio. **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Mazza Edições: Belo Horizonte, 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo. Cortez. 2003

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. **Fórum Educacional**. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 3, jul./set, 1982.